



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 15 DE JUNHO DE 2023

Estabelece as Normas e Procedimentos para Contratação de Professores Substitutos na UFPel.

Revogam-se as Resoluções nº 23/2015; nº 31/2019 e nº 32/2022.

O CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO - COCEPE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as Normas e Procedimentos para Contratação de Professores Substitutos na Universidade Federal de Pelotas;

CONSIDERANDO que a contratação de Professor Substituto é regida pelas Leis nº 8.112/90 e alterações dadas pelas Leis nº 9.527/97, nº 8.745/93, nº 9.849/99, nº 10.973/04, nº 11.123/05, nº 12.425/11 e nº 12.772/12, e pelos termos dos Decretos nº 4.748/03, nº 7.485/11 e nº 9.739/2019;

CONSIDERANDO o que consta no Processo protocolado no SEI sob o nº 23110.022685/2023-06;

CONSIDERANDO a aprovação da Minuta de Resolução, retirada da reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, realizada no dia 15 de junho de 2023, constante na Ata nº 11/2023,

RESOLVE

ESTABELECER as Normas e Procedimentos para a Contratação de Professor Substituto, na Universidade Federal de Pelotas - UFPel, como segue:

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º A contratação de Professor Substituto se destina ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público e será realizada por tempo determinado, observado o que dispõe a Legislação Federal pertinente e esta Resolução, no tocante ao prazo de duração e sua renovação.

Art. 2º A contratação de Professor Substituto poderá ocorrer para suprir a falta de Professor Efetivo em razão de:

I - vacância do cargo, quando de acordo com a aplicação da Matriz de Alocação de Vagas Docentes vigente;

II - afastamento ou licença por determinação judicial;

III - licença para serviço militar;

IV - cessão para servir a outro órgão ou entidade (Municipal, Estadual ou Federal);

V - afastamento para estudo ou missão no exterior;

VI - afastamento para tratar interesse particular;

VII - licença saúde, quando superior a 60 (sessenta dias), a partir do ato de concessão;

VIII - licença por motivo de acompanhamento de cônjuge;

IX - licença gestante ou adotante;

X - afastamento para exercício de mandato eletivo;

XI - afastamento para prestar colaboração a outra Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT);

XII - nomeação para ocupar cargo de Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitor;

XIII - afastamento para participação em Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* e Estágio Pós-Doutoral;

XIV - licença para exercer atividade relativa à inovação.

Parágrafo único. Sem prejuízo às demais licenças que venham a ser legalmente instituídas.

Art. 3º O Professor Substituto será contratado, prioritariamente, para suprir lacunas no ensino de graduação, sem prejuízo ao atendimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A Unidade, ao solicitar a contratação de Professor Substituto, deverá atentar para a seguinte ordem de prioridades:

I - afastamentos ou licenças obrigatórias;

II - vacância do cargo;

III - licença de afastamento para qualificação, observados os limites impostos nesta Resolução;

IV - afastamento para tratar interesse particular;

V - demais licenças e afastamentos discricionários.

Art. 5º Serão contratados Professores Substitutos para docentes em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva (DE) afastados para a qualificação em nível de Pós-Doutorado até o **máximo** de **7%** (sete por cento) de todos os docentes Doutores da Unidade.

§ 1º O afastamento a que se refere o *caput* deverá ser de, pelo menos, **06 (seis) meses**, priorizando a substituição de docentes afastados com

bolsa.

§ 2º O afastamento a que se refere o *caput* deverá ser para Instituição fora da cidade de Pelotas, priorizando afastamento para fora do país.

Art. 6º A contratação de Professor Substituto, nos casos de afastamento para tratar interesse particular, será concedida **uma única vez**, pelo período **máximo** de um ano, sendo prorrogável por igual período.

Parágrafo único. As contratações já concedidas em decorrência da licença referida no caput, poderão ser prorrogadas pelo período **máximo** de um ano.

Art. 7º A concessão de Professor Substituto é condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros, para fazer frente às despesas decorrentes da contratação e ao quantitativo máximo de contratos estabelecidos.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP comunicará ao COCEPE, caso as solicitações extrapolem os limites previstos no *caput*, no âmbito da Instituição.

CAPÍTULO II

DA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO

Art. 8º Verificadas quaisquer das situações previstas no art. 2º desta Resolução, e constatada a necessidade de contratação de Professor Substituto, o Diretor da Unidade interessada verificará junto à Seção de Controle de Vagas (SCV) da PROGEP se há seleção vigente com candidatos classificados na área pretendida.

§ 1º Caso haja seleção com candidatos aptos à contratação, a Unidade deverá encaminhar ao COCEPE solicitação de aproveitamento de candidato aprovado, em formulário próprio, para análise e decisão.

§ 2º Caso não haja seleção vigente, deverá encaminhar ao COCEPE, em formulário específico, a solicitação de abertura de edital para seleção pública de Professor Substituto, para análise e decisão.

Art. 9º A solicitação de abertura de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto deverá estar instruída com a ata de aprovação do Departamento ou Colegiado equivalente, bem como a ata do Conselho da Unidade Acadêmica.

Art. 10º O formulário de solicitação de abertura de Processo Seletivo Simplificado indicará:

I – Unidade;

II – Departamento ou Colegiado equivalente;

III – motivo do afastamento, conforme o art. 2º desta Resolução, anexando a Portaria ou número do processo comprobatório, que justifique o afastamento do Docente efetivo;

- IV – área ou subárea de conhecimento do Processo Seletivo;
- V – número de vagas a serem providas;
- VI – regime de trabalho;
- VII – titulação exigida;
- VIII - tipos de provas: Didática, Prática (se necessária) e Exame de Títulos;
- IX – programa das provas, de acordo com a área, contendo dez pontos;
- X – bibliografia básica (opcional) no padrão ABNT;
- XI – código, nome e carga-horária semanal das disciplinas a serem realizadas pelo contratado;
- XII - estudo dos docentes que ministraram as disciplinas informadas, nos 02 (dois) últimos anos.

Parágrafo único. Em havendo Prova Prática, deverão ser informadas as atividades a serem realizadas e os critérios de avaliação, podendo ser apresentado programa suplementar contendo dez pontos, exclusivos para a referida Prova.

Art. 11. Aprovada a solicitação de contratação pelo COCEPE, este enviará o processo ao setor de concursos da UFPel, para publicação do Edital.

CAPÍTULO III

DO EDITAL

Art. 12. No Edital deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- I - número de vagas oferecidas;
- II – área de conhecimento do Processo Seletivo;
- III - habilitação exigida do candidato;
- IV – local e período das inscrições;
- V – valor da taxa de inscrição e isenções;
- VI- local de divulgação da homologação das inscrições;
- VII – indicação do quantitativo das reservas de vagas, para ações afirmativas;
- VIII – período provável de provas;
- IX – tipos de prova;
- X - programa do processo seletivo (dez pontos), com bibliografia(opcional);
- XI – indicação da página ou do sítio eletrônico no qual constará a íntegra do Edital e demais informações necessárias aos candidatos;
- XII - remuneração a ser paga;
- XIII - a denominação da função e a descrição resumida das atribuições da função;
- XIV - o prazo previsto de duração do contrato.

Art. 13. O Edital será publicado, de forma resumida, no Diário Oficial da União – DOU e divulgado na sua integralidade na página web da UFPel, no link *Concursos*.

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES E DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 14. As inscrições serão exclusivamente via internet, através do sítio do concurso, no prazo determinado pelo Edital, mediante o preenchimento de formulário on-line de inscrição e do pagamento da taxa correspondente.

Parágrafo único. As isenções do pagamento da taxa de inscrição ocorrerão na forma da lei, conforme estabelecidas em Edital.

Art. 15. Encerrado o prazo das inscrições, de no mínimo 10 (dez) dias, o setor de concursos, conforme cronograma do respectivo certame, enviará o processo à Unidade, que fará os seguintes encaminhamentos, em formulário próprio:

I - homologar as inscrições quanto ao enquadramento da titulação dos(as) candidatos(as) às exigências previstas no Edital da Seleção;

II - apresentar as justificativas para cada caso de não homologação;

III - indicar a Banca Examinadora;

IV - apresentar informações sobre data, hora e local do início do certame, bem como a provável data de término.

Parágrafo único. No prazo estabelecido em cronograma, a Unidade encaminhará o processo ao setor de concursos, para divulgação do formulário na página do certame.

Art. 16. O Processo de Seleção será executado por uma Banca Examinadora, designada pela Unidade Acadêmica solicitante, constituída de 3(três) membros titulares e 1(um) suplente, todos professores com atuação relacionada à área do Processo Seletivo e com titulação igual ou superior a da vaga ofertada.

Parágrafo único. É vedada a participação de Professor Substituto na composição da Banca Examinadora.

Art. 17. Fica vedada a indicação de docente para integrar a Banca Examinadora, o qual, em relação a qualquer dos candidatos:

I - seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com candidato ou respectivo cônjuge ou companheiro;

IV – tenha sido orientador ou coorientador de atividades acadêmicas de conclusão de curso de Graduação, Pós-Graduação ou Estágio Pós-Doutoral nos últimos cinco anos;

V – tenha sido coautor de trabalhos técnico-científicos nos 3 (três) anos anteriores à data de publicação da portaria de composição da Banca;

VI – tenha desempenhado função como superior ou como subordinado direto na UFPel ou em outras instituições nos últimos 3 (três) anos.

Art. 18. O Departamento, ou Colegiado equivalente, deve consultar os membros convidados a integrar a Banca Examinadora sobre qualquer impedimento em relação aos candidatos homologados.

Parágrafo único. Deverão ser anexadas ao processo do certame as Declarações de Desimpedimento ou Suspeição, Anexo IV desta Resolução, dos respectivos membros da Banca Examinadora.

Art. 19. Após o início das Provas, na impossibilidade de participação do membro titular da Banca Examinadora, por motivo de ordem pessoal ou de força maior, devidamente justificado, proceder-se-á a sua substituição por membro suplente.

Parágrafo único. No caso de substituição de membro titular, durante a realização das Provas Didáticas ou, quando houver, das Provas Práticas, estas deverão ser refeitas e avaliadas pela Banca composta com o membro suplente.

Art. 20. Após período recursal a Direção deverá emitir Portaria interna de composição de Banca.

CAPÍTULO V DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 21. A Seleção será constituída de:

- I – Prova Didática, com caráter eliminatório e classificatório;
- II - Prova Prática, se houver, com caráter eliminatório e classificatório;
- III – Exame de Títulos, com caráter classificatório.

Art. 22. A Prova Didática consistirá em uma aula ministrada pelo(a) candidato(a), com duração entre 40 (quarenta) e 50 (cinquenta) minutos, sobre um ponto sorteado da lista de 10 (dez) itens do Programa de Provas; com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para cada candidato ou sessões diversas.

§ 1º Os(As) candidatos(as) que realizarem Prova Didática numa mesma sessão de aulas deverão permanecer em sala adequada ao período de espera, sem acesso a qualquer material referente ao concurso ou dispositivos eletrônicos e sem contato externo de qualquer natureza.

§ 2º Antes do início da Prova Didática, os(as) candidatos(as) procederão à entrega, a cada um dos membros da Banca Examinadora, de uma cópia do Plano de Aula.

§ 3º A Prova Didática será realizada em sessão pública e gravada em áudio e vídeo para efeitos de registro, sendo vedada a presença dos demais candidatos.

§ 4º Para a Prova Didática serão atribuídas notas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se dois dígitos de fração, correspondente à segunda casa decimal, de acordo com os critérios elencados no Anexo I desta Resolução, com as parciais para composição da nota final, justificando todos os descontos atribuídos ao(à) candidato(a).

Art. 23. A Prova Prática, se houver, seguirá estritamente as atividades elencadas em edital.

§ 1º A Prova Prática deverá ser gravada para efeito de registro e avaliação.

§ 2º Para a Prova Prática serão atribuídas notas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se dois dígitos de fração, correspondente à segunda casa decimal, de acordo com os critérios definidos pela Unidade no formulário, elencados em edital, e posteriormente no Anexo II desta Resolução, justificando todos os descontos atribuídos ao(à) candidato(a).

Art. 24. Após a realização da Prova Didática e da Prova Prática, se houver, serão apurados os resultados e divulgados os aprovados.

Art. 25. Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem média aritmética igual ou superior a 7,00 (sete) na Prova Didática OU na média aritmética entre a Prova Didática e a Prova Prática, se houver.

Parágrafo único. Havendo apenas 1 (um) candidato aprovado, dispensar-se-á o Exame de Títulos.

Art. 26. Após conhecimento do resultado, os aprovados procederão à entrega dos comprovantes para o Exame de Títulos, conforme previsto no cronograma da respectiva área, estabelecido pela Banca Examinadora.

Art. 27. Para o Exame de Títulos os(as) candidatos(as) deverão proceder a entrega de 1 (uma) cópia de cada comprovante dos títulos, na ordem do *Curriculum Lattes*, e no mínimo de 1 (uma) via impressa do currículo.

§ 1º As cópias deverão estar acompanhadas dos documentos originais, para autenticação da Banca no momento de sua entrega ou autenticadas em cartório.

§ 2º Serão considerados pela Banca como documentos originais os publicados *online* por editoras de reconhecimento público, em cuja cópia deve constar o respectivo endereço na internet.

§ 3º Para a conversão dos pontos obtidos em nota por candidato, no Exame de Títulos, considerar-se-á como nota 10,00 (dez) a maior pontuação, sendo as demais notas atribuídas na proporção respectiva de suas pontuações em relação à maior, de acordo com os critérios elencados no Anexo III desta Resolução.

Art. 28. A ordem de classificação final dos candidatos será decrescente a partir da nota mais alta, como segue:

I – quando não houver Prova Prática:

Nota de classificação = ((nota da Prova Didática x 2) + nota do Exame de Títulos)/3

II – quando houver Prova Prática:

Nota de classificação = ((média aritmética entre a Prova Didática e a Prova Prática x 2) + nota do Exame de Títulos)/3

Parágrafo único. A ordem de classificação, nos termos do *caput*, tem mero objetivo de indicar a posição do candidato na lista de aprovados; não obsta, portanto, a contratação de candidato aprovado, ainda que a nota de classificação seja inferior a 7 (sete).

Art. 29. Em caso de empate na média final de classificação serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I – maior nota obtida na Prova Didática;

II – maior nota obtida na Prova Prática;

III – maior tempo de docência;

IV – maior titulação acadêmica;

V – candidato com mais idade.

Art. 30. Após o resultado final ser homologado pelo Departamento ou Colegiado equivalente e pelo Conselho da Unidade, o processo do certame deverá ser encaminhado ao COCEPE contendo os seguintes documentos:

I – Portaria interna do Diretor da Unidade, constituindo a Banca Examinadora;

II – Declarações de desimpedimentos e suspeição dos membros da Banca Examinadora (Anexo IV);

III – Cronograma da respectiva área do certame;

IV – Ata da Instalação da Banca;

V – Ata da Prova Didática;

VI – Ata da Prova Prática, se houver;

VII – Ata da apuração do resultado da Prova Didática, e Prática, se houver, para efeitos de aprovação;

VIII – Ata do Exame de Títulos;

IX – Ata do Parecer Final;

X – Anexo I (Formulário de avaliação da Prova Didática), com justificativa de todos os descontos atribuídos ao(à) candidato(a);

XII – Anexo II (Formulário de avaliação da Prova Prática), se houver, com justificativa de todos os descontos atribuídos ao(à) candidato(a);

XIII – Anexo III (Tabela de Títulos e Critérios para Avaliação do Exame de Títulos);

XIV – Planilha de notas de todos os candidatos presentes;

XV - Ata de aprovação do resultado final homologado pelo Departamento ou Colegiado equivalente;

XVI - Ata de aprovação do resultado final homologado pelo Conselho da Unidade.

Parágrafo único. Todos os documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado, incluindo as gravações das Provas Didáticas e das Provas Práticas, se ocorrerem, deverão ficar arquivados no Departamento ou Colegiado equivalente, pelo tempo legal.

Art. 31. Uma vez homologado pelo COCEPE, o Resultado Final Preliminar do certame será encaminhado ao setor de concursos, para publicação no link do Edital na página web da UFPel.

Art. 32. Não havendo recurso ao COCEPE, o Resultado Final será encaminhado ao setor de concursos para publicação de Edital no DOU.

Parágrafo único - Após a publicação no DOU, caberá ao COCEPE o envio dos Processos à PROGEP, para contratação dos classificados.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

Art. 33. Da homologação das inscrições e composição da Banca Examinadora caberá recurso ao COCEPE, devidamente motivado e justificado, dirigido a sua Presidência, no prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação, referida no parágrafo único do art. 15 desta Resolução.

Art. 34. Da homologação do resultado final preliminar caberá, ao candidato que se considere prejudicado, recurso ao COCEPE, devidamente motivado e justificado, dirigido a sua Presidência, no prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação referida no art. 31 desta Resolução.

Parágrafo único. Os(As) candidatos(as), após a divulgação do resultado preliminar pela Banca Examinadora, poderão, mediante solicitação ao COCEPE, ter acesso aos documentos referentes ao certame, para fins de recurso.

Art. 35. Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria dos Conselhos Superiores (SCS) ou enviado via e-mail pessoal do(a) candidato(a), informado no formulário de inscrição, para o endereço eletrônico da SCS, informado no Edital.

CAPÍTULO VII DO APROVEITAMENTO

Art. 36. Após consulta ao setor de concursos, a solicitação de aproveitamento de Edital, com candidatos aptos à contratação, deverá ser enviada

ao COCEPE, contendo a ata de aprovação do Departamento ou Colegiado equivalente, bem como a ata do Conselho da Unidade Acadêmica.

Art. 37. O formulário de solicitação de aproveitamento indicará:

I – Unidade;

II – Departamento ou Colegiado;

III – motivo do afastamento conforme o art. 2º desta Resolução, anexando a Portaria ou documento comprobatório que justifique a contratação do Professor Substituto;

IV – área do Processo Seletivo Simplificado;

V – número de vagas a serem providas;

VI – regime de trabalho;

VII – código, nome e carga-horária semanal das disciplinas, a serem realizadas pelo contratado;

VIII - estudo dos docentes que ministraram as disciplinas informadas, nos 02 (dois) últimos anos.

Art. 38. Aprovada a solicitação de aproveitamento pelo COCEPE, este enviará o processo à PROGEP, para contratação.

CAPÍTULO VIII

DO CONTRATO, DA CARGA HORÁRIA E DA REMUNERAÇÃO

Art. 39. Os contratos serão celebrados nos regimes de trabalho de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas:

I – Para os contratos de 20 (vinte) horas, será exigido o mínimo de 9,6 (nove, vírgula seis) e o máximo de 12 (doze) horas-aula por semana;

II – Para os contratos de 40 (quarenta) horas, será exigido o mínimo de 12 (doze) e o máximo de 19,2 (dezenove-vírgula-dois) horas-aula por semana.

Parágrafo único. A carga horária restante deverá ser preenchida com outras atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão.

Art. 40. A remuneração do Professor Substituto será paga em consonância com o estabelecido na Lei nº 8.745/93, no Nível I, da Classe A, com denominação e titulação definidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado, acrescido de Retribuição de Titulação – RT, sendo vedada qualquer alteração posterior na citada retribuição.

Parágrafo único. Somente será permitida a alteração salarial quando houver majoração ou instituição de vantagens para os integrantes das Carreiras de Magistério Superior, que serviram de parâmetro para a composição da remuneração do pessoal contratado como Professor Substituto, mediante termo aditivo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 41. O prazo de duração do contrato é por um período de até 1 (um)

ano, admitida a prorrogação, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos, conforme legislação vigente.

Art. 42. Por ocasião do término do prazo de vigência do contrato, nenhuma indenização é devida ao contratado, tendo em vista a natureza jurídica do contrato de que trata esta Resolução, salvo o pagamento de férias e gratificação natalina proporcionais aos meses trabalhados.

CAPÍTULO IX DAS RESTRIÇÕES

Art. 43. É vedado, expressamente:

I – nomear ou designar Professor Substituto para exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança ou substituição de chefias de Departamento ou Coordenadores de Colegiado;

II – contratar Professor Substituto antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de contrato anteriormente firmado.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. O contrato, de que trata esta Resolução, poderá ser rescindido unilateralmente pela UFPel, sem que gere a obrigação de indenizar o contratado, caso este incorra na prática de ilícitos previstos nos incisos de I a XIII, do art. 132, da Lei nº 8.112/90, com alterações posteriores, observado o respeito aos princípios do contraditório e à ampla defesa.

Art. 45. Os casos omissos serão resolvidos pelo COCEPE.

Art. 46. Revogam-se as Resoluções nº 23, de 09 de julho de 2015; nº 31, de 17 de outubro de 2019 e nº 32, de 23 de fevereiro de 2022.

Art. 47. Esta Resolução entra em vigor a partir do primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Secretaria dos Conselhos Superiores, aos 21 dias do mês de junho de dois mil e vinte e três

Prof. Dr. Flávio Fernando Demarco
No exercício da presidência do COCEPE



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO FERNANDO DEMARCO, Pró-Reitor, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, em 21/06/2023, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2222365** e o código CRC **49B2332F**.

Referência: Processo nº 23110.022685/2023-06

SEI nº 2222365



RESOLUÇÃO COCEPE Nº 55/2023

ANEXO I

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DIDÁTICA

EDITAL XXXXX
ÁREA XXXXXX

Nome do(a) candidato(a): _____

Examinador(a): _____

Ponto sorteado: _____

Data da Prova: _____ Hora de início: _____ Hora de término: _____

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA	MÁXIMO	NOTA	JUSTIFICATIVA (obrigatória sempre que houver desconto)
Plano e Planejamento de Aula (qualidade do plano; à explicitação dos objetivos; à adequação do conteúdo ao nível do concurso; à adequação científica; ao uso do português escrito padrão; à adequação ao tempo disponível; à seleção e preparo do material didático; à adequação da	0,00 a 2,00		



bibliografia)			
Desempenho do Candidato (postura; espontaneidade; movimentação; motivação; autocontrole; dicção; ritmo; clareza da exposição e das explicações; uso de estratégias pedagógicas; adequação do uso da modalidade oral do Português)	0,00 a 2,00		
Apresentação da Matéria e Desenvolvimento da Aula (exatidão, profundidade, quantidade e qualidade, sequência lógica; propriedade nas exemplificações; preocupação em relacionar o conteúdo com pré-requisitos, com outros conhecimentos e com as atividades profissionais; distribuição sequencial do tempo)	0,00 a 4,50		
Uso de Recursos Audiovisuais (distribuição do assunto; organização; legibilidade; clareza; oportunidade, adequação e qualidade dos recursos)	0,00 a 1,50		
Observância do tempo determinado (de 40 a 50 minutos) (a inobservância do tempo, estabelecido no art. 22 da Res. nº 55/2023, gerará desconto de 0,1 (zero vírgula um) ponto por minuto. Provas com duração inferior a 30(trinta) minutos ou superior a 60(sessenta) minutos serão anuladas e atribuída nota 0,0 (zero))			
TOTAL	10,00		



Assinatura



RESOLUÇÃO Nº 55/2023

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

EDITAL XXXXX
ÁREA XXXXXX

Nome do(a) candidato(a): _____

Examinador(a): _____

Ponto sorteado: _____

Data da Prova: _____ Hora de início: _____ Hora de término: _____

CRITÉRIOS	NÚMERO DE PONTOS		
	Máximo	Nota	JUSTIFICATIVA (obrigatória sempre que houver desconto)
TOTAL	10,00		

Assinatura



EXAME DE TÍTULOS - TABELA DE PONTUAÇÃO - Anexo III - Resolução nº 55/2023

Tabela de Pontuação dos títulos acadêmicos, atividades de ensino, atividades administrativas e/ou profissionais, atividades científicas/tecnológicas, literárias, artístico-culturais e de extensão

Nome do candidato

Concurso para a vaga de

Número do Processo

Área ou subárea de conhecimento do concurso

ORIENTAÇÕES - Considerar os títulos constantes no curriculum vitae entregue para banca durante o concurso e comprovados. Deverão ser preenchidos somente os campos editáveis da tabela com a quantidade da produção.

ITEM	Itens de pontuações para Títulos Acadêmicos			Considerar a titulação acadêmica conforme a mais alta titulação apresentada e comprovada		Pontos
1	Títulos Acadêmicos (Limite 50,0 pts)					
	1.1 Titulação de graduação (5 pts)			0		0,00
	1.2. Titulação de especialização (10 pts)			0		0,00
	1.3 Titulação de mestrado (25 pts)			0		0,00
	1.4 Titulação de doutorado (50 pts)			0		0,00
				TOTAL ITEM 1		0,00
ITEM	Itens de atividades de ensino, atividades administrativas e/ou profissionais, atividades científicas/tecnológicas, literárias, artístico-culturais e de extensão	Critérios complementares		Produção abrangida pela área CNPq informada no edital E com menos de 10 anos (100%)	Produção não abrangida pela área CNPq informada no edital OU com mais de 10 anos (50%)	Pontos
2	Atividades de Ensino (Limite 25,0 pts)					
	2.1. Tempo de docência (Limite 12,0 pts)	Números de semestres de atividades docentes (2 pts/semestre)		0	0	0,00
		Soma 2.1.	0,00	Ajuste Limite 2.1.		0,00
	2.2. Participação como avaliador em bancas de monografias, trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou concursos públicos. (Limite 3,0)	Bancas de graduação ou similar (0,25 pt)		0	0	0,00
		Especialização <i>latu sensu</i> , <i>MBA</i> , aperfeiçoamento ou semelhante (0,3 pt)		0	0	0,00
		Banca de pós-graduação ou concurso público (0,5 pt)		0	0	0,00
		Soma 2.2.	0,00	Ajuste Limite 2.2.		0,00
		Orientação de aluno de graduação concluída (0,5 pontos por orientação)		0	0	0,00
		Orientação de aluno de pós-graduação concluída (2 pontos por orientação)		0	0	0,00

	2.3.Orientações concluídas de alunos de graduação e de pós-graduação e orientações de bolsistas de iniciação científica e aperfeiçoamento, monitorias, docência orientada. (Limite 10,0 pts)	Orientação de bolsista de iniciação científica/tecnológica concluída (1 ponto por orientação)		0	0	0,00
		Orientação de aluno de aperfeiçoamento ou extensão concluída (0,5 pt por orientação)		0	0	0,00
		Orientação de monitoria concluída ou supervisão de estágio (0,5 pt por orientação)		0	0	0,00
		Orientação de docência orientada concluída (1 ponto por orientação)		0	0	0,00
		Soma 2.3.	0,00	Ajuste Limite 2.3.		0,00
					TOTAL ITEM 2	0,00
3	Outras atividades administrativas e/ou profissionais (Limite 5,0 pts)					
	3.1. Outras atividades administrativas e/ou profissionais	Atividades administrativas (0,2 pts semestre)		0	0	0,00
		Atividades profissionais (0,2 pt por semestre)		0	0	0,00
		Soma 3.1.	0,00	Ajuste Limite 3.1.		0,00
					TOTAL ITEM 3	0,00
4	Atividades científicas/tecnológicas, literárias, artístico-culturais e de extensão					
	4.1. Autoria de obra técnico-científica, artístico-cultural ou divulgada (livro publicado por editora, filme, disco, software, composição musical, exposição individual, criação de identidade visual, direção ou produção de espetáculo, etc.)	Livro editado por editora internacional com ISBN (20 pts)		0	0	0,00
		Livro editado por editora nacional com ISBN (15 pts)		0	0	0,00
		Livro editado por editora local com ISBN (10 pts cada)		0	0	0,00
		Livro organizado por um único organizador com ISBN (7 pts)		0	0	0,00
		Livro organizado por mais de um organizador com ISBN (5 pts)		0	0	0,00
		Demais produções não pontuadas nos demais itens (0,5 pt - Limite 3 pts)		0	0	0,00
		Soma 4.1.	0,00	Ajuste Limite 4.1.		0,00
	4.2. Participação em atividade coletiva de cunho técnico-científico, artístico-cultural ou desportivo (capítulo de livro publicado por editora, participação em exposição coletiva, faixa de disco/CD, atuação em espetáculo musical ou teatral, filme, vídeo)	Capítulo de livro editado por editora internacional com ISBN(7 pts)		0	0	0,00
		Capítulo de livro editado por editora nacional com ISBN(4 pts)		0	0	0,00
		Demais produções relacionadas (1 ponto - limite 7 pts)		0	0	0,00
		Soma 4.2.	0,00	Ajuste Limite 4.2.		0,00
	4.3. Organização de obra técnico-científica, artístico-cultural e desportiva (organização de livro com mais de um autor publicado por editora, organização de exposição, espetáculo musical, teatral ou desportivo) (Limite 7,0 pts)	Organização de obra internacional (7 pts)		0	0	0,00
		Organização de obra nacional (5 pts)		0	0	0,00
		Membro de corpo editorial , organização de obra nacional (3 pts)		0	0	0,00
		Demais produções relacionadas (1 ponto)		0	0	0,00
		Soma 4.3.	0,00	Ajuste Limite 4.3.		0,00
	4.4. Tradução de livro publicado por editora, versão de filme, disco e outras mídias (Limite 10,0 pontos)	Obra internacional (10 pts)		0	0	0,00
		Obra nacional (5 pts)		0	0	0,00
		Capítulo de livro de obra internacional (3 pts)		0	0	0,00
		Capítulo de livro e obra nacional (2 pts)		0	0	0,00
		Soma 4.4.	0,00	Ajuste Limite 4.4.		0,00
	4.5. Produção artístico-cultural do candidato como autor, diretor cinematográfico ou teatral, ou criação musical que tenha alcançado exposição pública. (Limite 6,0 pts)	Obra comprovada (3 pts)		0	0	0,00
		Exposição individual (1 pts)		0	0	0,00
		Soma 4.5.	0,00	Ajuste Limite 4.5.		0,00

4.6. Artigo técnico-científico ou artístico-cultural, publicado em periódico nacional ou estrangeiro indexado, com corpo editorial. Para atribuir pontos aos artigos utilizar o índice Qualis da área do concurs; se o periódico não estiver cadastrado na área do concurso, utilizar o Qualis para área multidisciplinar (http://qualis.capes.gov.br/webqualis). Somente deverão ser considerados artigos com volume, número, páginas ou número DOI (Identificador de Documentos on-line)	Periódico classificado como Qualis A1 (15 pts)		0	0	0,00
	Periódico Qualis A2 (12 pts)		0	0	0,00
	Periódico Qualis A3 (10 pts)		0	0	0,00
	Periódico Qualis A4 (8 pts)		0	0	0,00
	Periódico Qualis B1 (5 pts)		0	0	0,00
	Periódico Qualis B2 e outros indexados (3 pts)		0	0	0,00
	Outros artigos (1 ponto; limite de 3 pts)		0	0	0,00
	Soma 4.6.	0,00	Ajuste Limite 4.6.		0,00
4.7. Trabalho completo publicado em anais de congresso nacional/internacional (Limite 3,0 pts)	Publicações nacionais (1 ponto)		0	0	0,00
	Publicações internacionais (2 pts)		0	0	0,00
	Soma 4.7.	0,00	Ajuste Limite 3.7.		0,00
4.8. Resumo publicado em anais de congresso (Limite 5,0 pts)	Resumos publicados em anais de congressos, jornadas, semanas acadêmicas e similares em nível nacional (0,1 pt)		0	0	0,00
	Resumos publicados em anais de congressos internacionais (0,3 pt)		0	0	0,00
	Soma 4.8.	0,00	Ajuste Limite 3.8.		0,00
4.9. Trabalho apresentado em congresso, simpósio ou seminário (Limite até 5,0 pontos)	Semanas e jornadas acadêmicas (0,1 pt)		0	0	0,00
	Eventos científicos nacionais (0,2 pt)		0	0	0,00
	Eventos científicos internacionais (0,3 pt)		0	0	0,00
	Soma 4.9.	0,00	Ajuste Limite 3.9.		0,00
4.10. Palestrante, painelistas ou debatedor em congresso, simpósio ou seminário (limite 4 pontos)	Evento nacional (0,5 pt)		0	0	0,00
	Evento internacional (1 ponto)		0	0	0,00
	Soma 4.10.	0,00	Ajuste Limite 3.10.		0,00
4.11. Elaboração de texto ou material didático (manual, apostila, audiovisual e similares) comprovada (Limite 1,0 ponto)	0,2 ponto por produção		0	0	0,00
	Soma 4.11.	0,00	Ajuste Limite 3.11.		0,00
4.12. Invento ou protótipo desenvolvido e registrado	Criação/patente/registro de software concedida ou com comprovação de licenciamento ou transferência para setor produtivo no Brasil ou no exterior (30 pontos).		0	0	0,00
	Desenvolvimento tecnológico de produtos, insumos ou processos na área com comprovação e sem registro (2 pontos)		0	0	0,00
	Pedido de registro comprovado de patente ou software com código INPI (4 pt por registro - Limite 12 pts)		0	0	0,00
	Soma 4.12.	0,00	Ajuste Limite 3.12.		0,00
4.13. Participação de atividade de extensão, mediante comprovação emitida por órgão competente responsável por atividades de extensão.	Atuação como colaborador - 0,05 pontos a cada 20 horas	0,00	0	0	0,00
	Atuação como coordenador - 0,1 ponto a cada 20 horas	0,00	0	0	0,00
	Soma 4.13.	0,00	Ajuste Limite 3.13.		0,00
4.14. Ministrar curso de extensão (Limite 2,0)	0,2 pontos para curso de 4 horas ou mais	0,00	0	0	0,00
	Soma 4.14.	0,00	Ajuste Limite 4.14.		0,00
4.15. Coordenar projetos de extensão ou evento (Limite 2,0 pt)	0,5 pontos por projeto coordenado		0	0	0,00
	Soma 4.15.	0,00	Ajuste Limite 3.15.		0,00
4.16. Proferir palestra (não incluída nos itens anteriores) (Limite 1,0 pt)	0,1 ponto por cada 04 horas de palestra/simpósio/workshop/conferência ou semelhante	0,00	0	0	0,00
	Soma 4.16.	0,00	Ajuste Limite 4.16.		0,00
4.17. Premiação ou distinções decorrentes de atividades técnicas ou artísticas (Limite 3,0 pontos)	Premios e distinções nacionais e internacionais (0,5 pt)		0	0	0,00

	4.17. Premiação ou distinções decorrente de atividades técnicas ou artísticas (limite 3,0 pontos)	Premios e distinções regionais (0,3 pt)		0	0	0,00
		Soma 4.17.	0,00		Ajuste Limite 4.17.	0,00
	4.18. Atividades de cooperação interinstitucional (Limite 4,0 pts)	1,0 ponto por semestre em cooperação internacional comprovada (estágio sanduíche, missão técnica)		0	0	0,00
		Soma 4.18.	0,00		Ajuste Limite 4.18.	0,00
	4.19. Trabalhos de consultoria ou assessoria (Limite 2,0 pts)	0,5 ponto por trabalho		0	0	0,00
		Soma 4.19.	0,00		Ajuste Limite 4.19.	0,00
	4.20. Estágios e aperfeiçoamentos	Estágio de pós-doutorado (10 pts)		0	0	0,00
		Livre docência (20 pts)		0	0	0,00
		Aperfeiçoamentos e estágios (0,02 pontos a cada 180 horas)	0,00	0	0	0,00
		Outras atividades como monitoria, iniciação científica, PET ou similares (0,5 pontos por semestre);		0	0	0,00
		Soma 4.20.	0,00		Ajuste Limite 4.20.	0,00
	4.21. Demais qualificações (Limite 3 pontos)	Participação em evento científico (0,02 ponto cada);		0	0	0,00
		Língua estrangeira: certificado de conclusão ou atestado de proficiência (3 pts)		0	0	0,00
		Soma 4.21.	0,00		Ajuste Limite 4.21.	0,00
					TOTAL ÍTEM 4	0,00
	Pontuação Ítem 1 - Títulos Acadêmicos	0,00				
	Pontuação Item 2 - Atividades de ensino (limite 25,0 pts)	0,00				
	Pontuação Item 3 - Atividades administrativas/profissionais (limite 5,0 pts)	0,00				
	Pontuação Item 4 - Produção científica/tecnológica (sem limite de pontos)	0,00				
	Pontuação Final	0,00				



RESOLUÇÃO Nº 55/2023

ANEXO IV

IMPEDIMENTOS DA BANCA

Instruções práticas:

- Não alterar, excluir ou acrescentar informações na declaração;
- Anexar a declaração de impedimentos no Processo SEI da Área.

DECLARAÇÃO

Eu, (**nome do componente da Banca**), CPF (número do CPF), RG (número do RG), professor na (**Nome da Unidade de lotação Ou da IFES**), no presente momento, declaro, com a finalidade de participação em Banca Examinadora de Processo Seletivo Simplificado na Universidade Federal de Pelotas, que não possuo qualquer um dos vínculos abaixo relacionados com os candidatos inscritos para a seleção da área de (**nome da área em concurso**), regido pelo Edital (**número e ano do edital**):

1. seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
2. tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;
3. esteja litigando judicial ou administrativamente com candidato ou respectivo cônjuge ou companheiro;
4. tenha sido orientador ou coorientador de atividades acadêmicas de conclusão de curso de graduação, pós-graduação ou estágio pós-doutoral nos últimos cinco anos;
5. tenha sido coautor de trabalhos técnico-científicos nos 3 (três) anos anteriores à data de publicação da portaria de composição da banca;
6. tenha desempenhado função como superior ou como subordinado direto na UFPel ou em outras instituições nos últimos 3 (três) anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Em ____/____/____

Assinatura



IMPORTANTE:

- ***Os períodos mencionados nos itens 4, 5, e 6 serão contados em relação à data da publicação do edital de abertura do concurso no DOU.***
- ***Para fins da averiguação dos prazos estabelecidos nos impedimentos, serão consideradas para as publicações:***
 - ⇒ ***a data da publicação, para artigos publicados em periódicos;***
 - ⇒ ***a data de início do evento, para as publicações em conferências e eventos científicos.***